

A DÍVIDA GALOPANTE: A ECONOMIA DAS APOSTAS E OS SIGNIFICADOS DOS USOS DO DINHEIRO NO TURFE

INTRODUÇÃO

Nos jogos de apostas do turfe é comum escutar de seus jogadores afirmações que apontam a necessidade de se jogar com conhecimento, com sabedoria e com a sorte. Uma aposta não é somente um mero ato de jogar dinheiro, mas está partilhada dentro de um conjunto de códigos, etiquetas e moralidades em um universo de significados dotados de sentidos particulares. Dessa maneira, neste trabalho discuto a imbricada relação dessa atividade com o dinheiro produzindo uma economia específica de trocas entre seus jogadores. Aqui, proponho discutir o que está efetivamente sendo jogado. A primeira imagem que vem à mente é que, no jogo, apostam-se bens materiais, mais especificamente dinheiro. Argumento, entretanto, que esse ato de jogar não pode ser considerado um ato frívolo ou destituído de sentidos. Aqui ele é entendido como objeto estruturante das relações instituídas e que produz fluidez na dinâmica de sociabilidade dos jogadores.

O hábito de apostar em locais públicos no Rio de Janeiro se apresenta de tal modo que é possível encontrar espaços em que há concentrações de pessoas, em sua maioria homens, apostando em diversos tipos de jogos. Com idades avançadas e cabelos brancos esses indivíduos interagem entre si e pouco se incomodam com os transeuntes e passantes que porventura possam atravessar os espaços destinados à jogatina. Alguns se posicionam ao redor de mesas na calçada enquanto outros sentam e jogam cartas. Bebidas e cigarros

são complementares e consumidos no local, enquanto o jogo, com ou sem apostas em dinheiro, é o foco central da atenção da maioria dos presentes.

No caso das corridas do turfe as casas de apostas do Jockey Club Brasileiro denominadas agências credenciadas¹ se transformaram em espaços privilegiados para o estudo de jogos no meio urbano, pois concentram em um determinado espaço da cidade jogadores e apostadores, habituais e esporádicos, de maneira sistemática e rotineira. Tais agrupamentos em volta desses estabelecimentos de jogo são também denominados reuniões do turfe. As reuniões são importantes eventos para contato pessoal entre os coparticipantes. O termo “reunião” no turfe é inicialmente atrelado ao conjunto de corridas que ocorrerá em um dia, em um ou mais hipódromos, e que poderão ser transmitidas e televisionadas nas casas de apostas. No contexto das casas de jogo, entretanto, as reuniões podem também ser entendidas a partir do ponto de vista dos jogadores. Uma reunião do turfe é conseqüentemente uma reunião de jogadores dispostos a sociabilizar² mediante a prática de apostas. Tais encontros se constituem, na maioria das vezes, pela relação inerente ao jogo e ao dinheiro, associação que se dá a partir de uma relação de uma economia do crédito circulante com base em prestígios individuais e que estrutura e molda as relações instituídas.

As relações de proximidade entre alguns dos jogadores estabelecem mecanismos de prestação e trocas de dinheiro que reforçam os laços entre os participantes, fazendo que as posições de devedor e credor sejam constantemente alternadas entre os jogadores. Além disso, traço os usos do dinheiro a partir de perspectivas etnográficas no contexto das apostas para entender como, com base num compósito de classificações de meus interlocutores, seria possível apreciar o dinheiro desde seus distintos usos e representações, quando inserido especificamente nesse contexto e negociado no âmbito familiar. Assim, este trabalho trata de dois aspectos fundamentais e complementares para a constituição do que aqui chamo de economia das apostas, sendo o primeiro deles constituído pela dívida, que institui e consolida a continuidade das relações, e o segundo pelas distintas classificações que os usos do meio material de trocas, o dinheiro, adquirem nesse contexto. Advogo que a relação entre a dívida e as distintas formas dos padrões monetários está diretamente associada ao aspecto moral. Dessa forma, a primeira questão do trabalho está relacionada a um imbricado processo de troca, acumulação e, principalmente, dívida entre seus participantes. Essa profunda relação não deve ser tratada como algo casual, mas entendida por bases consolidadas e constituída com laços estreitos.

Ora, é recorrente, nos estudos sociais da economia e do “econômico”, do dinheiro e das finanças uma abordagem que tem contribuído para dessacralizar a “economia” como campo autônomo. Os estudos baseados na economia moral também têm contribuído com essa linha. Temas amplamente estudados pela antropologia³. O antropólogo David Graeber (2011) explora o relacionamento

histórico da dívida com as instituições sociais, como trocas, casamento, amizade, escravidão, direito, religião, guerra e governo; em suma, uma atividade que permeia grande parte do tecido social. Advoga que o endividamento informal de construção comunitária de “economias humanas” só foi substituído por dívidas matematicamente precisas e firmemente aplicadas pela introdução de violência, geralmente violência patrocinada pelo Estado sob alguma forma militar ou policial. Contrariamente ao padrão da história do dinheiro, a dívida seria provavelmente o meio de comércio mais antigo, sendo as transações de caixa e de troca mais tarde desenvolvidas. A dívida, diz Graeber, geralmente manteve seu primado, enquanto o dinheiro e a troca geralmente se limitavam a situações de baixa confiança envolvendo estranhos ou não considerados dignos de crédito.

Além da economia dos economistas, as pessoas comuns vivem e tomam decisões guiadas por uma miríade de razões afetivas, morais, sociais, políticas ou simplesmente de oportunidade. Susana Narotzky (2013) apresenta o resultado de uma coletânea de vários antropólogos membros do Grup d’Estudis de Reciprocitat da Universidade de Barcelona, que ela coordena. Nesse trabalho as etnografias evidenciam que as economias diárias têm aspectos positivos e negativos e impactam o bem-estar das pessoas e toda a organização econômica. Às vezes, elas são descritas como tradicionais, às vezes como alternativas e às vezes como respostas a dificuldades cotidianas. Os casos apresentados mostram vários aspectos dessas economias em diferentes lugares do mundo, visando descobrir seu potencial de transformação. Nesse sentido, o trabalho etnográfico aqui apresentado nos permite observar de perto como as decisões econômicas são tomadas tendo por base escolhas que quase nunca são apenas econômicas. Dessa forma, poderemos analisar em profundidade como as práticas econômicas estão inseridas em uma infinidade de obrigações morais, sociais e culturais sem as quais não é possível as entender.

A segunda abordagem deste trabalho se debruça sobre as possíveis relações entre padrões monetários e formas de organização social. Marx (1996), por exemplo, visualizava na utilização de recursos financeiros um progressivo insulamento dos sujeitos nas relações de troca, levando à representação do dinheiro como a mercadoria-mor, capaz de obscurecer (quando não obliterar) as relações sociais. Weber, por sua vez, sugeriu que a acumulação monetária poderia ser reflexo, no desenvolvimento do que chamou de espírito capitalista, de uma busca individual por sinais distintivos da salvação, advindos do desenvolvimento de uma ética religiosa calcada no ascetismo de inspiração calvinista. No universo capitalista o dinheiro se tornou um objeto complexo naquilo que ele chamou de elemento mais abstrato e impessoal que existe na vida humana (Weber apud Zelizer, 1994: 6) apontando para a sua impessoalidade e sua capacidade de abstração como algo valorado e ao mesmo tempo intrincado nas relações sociais materiais mais básicas.

Foi Simmel, contudo, no período clássico do desenvolvimento da sociologia alemã e a partir de sua proposta de estudar as relações sociais tomando por base as formas sociais nas quais se expressam os interesses e as vontades individuais, quem propôs focalizar o dinheiro como objeto para reflexão. Com isso, procurou compreender quais as consequências da invenção, introdução e difusão social desse meio de troca material e simbólica, argumentando que a relação de tipo monetário que se tornou predominante na época moderna representa o patamar máximo da individualização humana. Nesse ponto, a centralidade do papel do dinheiro alterou enormemente as relações sociais, provocando efeitos que convergiram para a individualização (ou individualismo) numa fase da história em que as relações tradicionais ou pré-modernas (juntamente com o declínio do modo de produção feudal na Europa) estavam em vias de ser superadas pela emergência do modo de produção capitalista. Nesse contexto a difusão do dinheiro provocou uma série de conflitos na ordem social com base nos costumes e nas relações pessoais, mas, no contexto de ascensão do capitalismo, o dinheiro seria o reflexo da transformação das interações sociais tradicionais. Ele carregaria consigo o rótulo simbólico do “impessoal”, do “racional” e do “individual(ismo)” e se ajustaria à modernidade que estava surgindo no mundo ocidental capitalista. Ainda segundo Simmel, o dinheiro teria desfeito determinados tipos de dependência que se caracterizavam pela pessoalidade, substituindo-os por outros, que se caracterizam pela impessoalidade.

Apesar da individualização do papel do dinheiro na sociedade moderna, entendê-lo apenas como fruto de processos individualizantes obscurece um outro lado de pensamento igualmente frutífero. Desse modo, estou em acordo com a análise da socióloga Viviana Zelizer (1994: 201) que aponta para uma observação da diversidade social crescente em uma economia monetizada, na qual o papel do dinheiro se torna cada vez mais improvisado, personalizado e ressignificado por distintos atores em circunstâncias variadas. Estratégias e objetivos, pautados por interesses diversos, que aumentam consideravelmente o caráter sociológico que o dinheiro pode ter na sociedade.

Tais reflexões se tornam, assim, a base analítica para a compreensão do que efetivamente está em jogo nas casas de apostas. Conforme já dito, o panorama etnográfico da denominada economia das apostas é constituído por seus dois aspectos complementares, a dívida e o dinheiro, partes ambivalentes integradas de uma mesma economia conectadas por um fio condutor moral, determinando etiquetas, códigos de conduta e valores de seus integrantes.

A ECONOMIA DAS APOSTAS

A observação de uma reunião do turfe numa casa de apostas envolve uma relação direta com os meios que os apostadores terão para assistir às corridas. Desse modo, é imperativo haver nesses estabelecimentos um aparato tecnológico como “caixas”⁴ e televisores para o acompanhamento das corridas e que

moldam a experiência dos apostadores. Durante a transmissão dos “páreos”⁵ uma série de elementos é disponibilizada para os jogadores, de modo que eles possam ter acesso a um conjunto de informações em tempo real. Informações essas que são televisionadas e que se modificam à medida que as apostas se desdobram. Como os prêmios não são pagos com valores fixos, mas a partir do “rateio”⁶ do volume acumulado de apostas,⁷ o total de jogos realizados até os últimos momentos que antecedem uma corrida se torna um fator relevante para se saber quanto “cada cavalo paga”. Isso significa que o pagamento de prêmios por apostas em um determinado cavalo varia de acordo com o volume de apostas que nele é feito.

A forma com que os apostadores têm acesso a essas informações se constitui por observação e avaliação da “pedra”⁸ (ou “totalizador”) que é exposta na margem esquerda da tela de transmissão. A pedra é constantemente atualizada com os valores apostados e pagos para cada cavalo. Esses valores se modificam à medida que um volume significativo de aposta é feito em um determinado cavalo. A modificação dos valores dos prêmios é gerada a partir da diferença no montante de apostas em um dos cavalos do páreo. Em outras palavras, poucas apostas em um cavalo não modificam significativamente o valor do seu rateio e dos prêmios pagos aos vencedores. Seguindo essa lógica, à medida que mais apostas são realizadas em um determinado cavalo do páreo menor será o valor da premiação pago por ele, pois maior será a quantidade de vencedores, conseqüentemente maior será o número de pessoas que dividirão a “bolsa de apostas”.⁹ Assim, a partir da transmissão televisionada é possível para um apostador de turfe observar o pagamento dos rateios atualizados em tempo real evidenciando que o turfe busca explicitar e expressar a atividade sob uma forma matematizada da realidade e que, de alguma forma, se torna passível de uma avaliação direta e consistente no universo das incertezas (Barcellos, 2002). Universo que coloca em jogo a sorte, o prestígio e o dinheiro de apostadores regulares.

Para a elaboração das apostas nas carreiras hípcas exige-se um conhecimento basilar para qualquer jogador. Além das informações dos bastidores é necessário que cada jogador tenha o conhecimento estrutural de como se realizam distintas modalidades que podem ser: apostas em apenas um competidor em um único páreo, ou em um combinado de competidores distribuídos em diversos páreos. Entender o quanto se paga, quanto se recebe e quais são os riscos definidos e estabelecidos em cada uma delas é aspecto importante da condição cognitiva de um jogador. Devido à diversidade e à complexidade das modalidades de apostas, limiteme a dizer que os jogadores possuem a liberdade entre variadas escolhas que podem ser feitas durante um dia de reunião. A quantidade de corridas realizadas em um dia faz com que a permanência de jogadores nas casas de jogo seja estendida por uma grande quantidade de horas; do mesmo modo, essa maior permanência faz com que cada jogador faça uma ampla quantidade de apostas.

A partir de uma relação com a economia do crédito (ou da dívida a partir do empréstimo) o dinheiro circulante nesses grupos molda as relações estabelecidas. Como afirma Geertz (2008, 201), “O que torna [o jogo] absorvente¹⁰ não é o dinheiro em si, mas o que o dinheiro faz acontecer, e quanto mais dinheiro, mais acontece”. Do mesmo modo, no turfe, o dinheiro faz as coisas “acontecerem”, e o empréstimo regular é uma das práticas recorrentes entre jogadores. Empréstimos que envolvem um capital material e simbólico pautado no prestígio individual; e são embebidos numa etiqueta própria de prestação e pagamento. Assim, é possível afirmar que o atrelamento do dinheiro ao jogo é objeto estruturante das relações presentes e gera fluidez na dinâmica de sociabilidade dos jogadores.

É comum todos os apostadores chegarem com uma quantidade específica de dinheiro para gastar nas corridas, com valores escolhidos subjetivamente e em geral pautados pela condição financeira e orçamentária de cada um. As regras e os limites impostos pelo jogador sobre si mesmo restringem e limitam propositadamente a quantia total gasta por dia nas reuniões. A maleabilidade dessa regra, entretanto, cria espaço para que, pelo contato com parceiros de jogo e até mesmo com a casa de apostas, o emprego do empréstimo seja recorrente.

O jogador Cumprido, que possui uma relação mais próxima com a gerente da casa de apostas e com o funcionário Ivan, conta como se estabelece o imbricado processo de circulação de dinheiro entre o grupo:

Se o cara estiver precisando de um pra jogar eu dou sem problemas. Dependendo do valor; se for coisa pouca, eu nem peço de volta, até esqueço. O mesmo acontece se eu precisar; tem gente aqui que eu sei que vai me emprestar. Pra ver como são as coisas. Carlinhos [outro jogador] me deve cem; se depois eu precisar de algum, eu sei que com ele eu posso contar. É uma mão lavando a outra. Agora eu devo três mil pra casa [de apostas]. Já fiquei devendo ao Ivan quando faço jogo pelo telefone. Vai indo assim. Se precisar a galera segura aqui até a hora de acertar as contas.

A relação de proximidade entre alguns dos jogadores estabelece mecanismos de prestação de dinheiro e troca que reforça ainda mais os laços entre eles no sentido de que a posição de devedor ou credor pode se modificar rapidamente. “Eu sei exatamente o quanto devo e pra quem devo. Na hora que eu tenho, eu pago, até porque eu não gosto de ficar devendo muito tempo. Senão começa a falação.”

Entretanto, como afirmou o jogador Cumprido, existe uma etiqueta específica na temporalidade da dívida entre os jogadores. Uma dívida temporalmente muito extensa tem o potencial de interromper a circulação e impossibilitar a abertura de novo crédito. Além de refletir negativamente no status do jogador perante o grupo, manter uma dívida com um jogador durante muito tempo aumenta a desconfiança de que ela poderá nunca ser paga. O mero in-

dício de calote de uma dívida se torna um potencial gerador de conflitos e discussões podendo até mesmo levar a ameaças físicas entre devedor e credor. Ameaças que se mantêm no plano figurativo, nunca chegando às vias de fato.

Essa relação da dívida nas casas de jogo pode ainda adquirir uma característica espacial. O jogador Amarelinho afirma que, além de razões de disputas pessoais entre jogadores, a mudança na frequência de um jogador em uma determinada casa de apostas se dá também devido a essa perspectiva econômica. A partir de sua extensa experiência como gerente de uma casa de jogo, ele explica como a frequência dos apostadores em uma determinada casa pode variar também em função de dívidas adquiridas.

Lá onde eu trabalhava [uma das agências credenciadas do bairro de Copacabana] tinha jogadores fortes. Alguns eram até conhecidos, trabalhavam na televisão, mas eu tinha sempre que tomar cuidado. Principalmente com os que jogavam muito alto. Tinha um ator de televisão que gostava muito das corridas e já chegou a gastar rotineiramente mais de dez mil por dia! Como ele era conhecido e assíduo na casa, eu “abria muito a guarda” pra ele e depois ele pagava direitinho, geralmente no final da semana. Teve uma época que ele estava mal, foi quando ele saiu da emissora de televisão. Só depois que ele entrou em outra que ele acertou as contas. Parece que na época ele tinha ganhado um adiantamento lá, já nem lembro mais. Mas quando se é gerente tem que se tomar cuidado com quem se “abre a guarda”. Se deixar correr solto tem uns que começam a ficar devendo muito e de uma hora pra outra “dão o galope”¹¹ e somem. Mas não param de apostar não. Eles só mudam de loja, param de apostar aqui e vão apostar em outro lugar, outra loja. (...) Não dá pra abrir a guarda para qualquer um não. Tem que ter confiança, e o cara não pode ser dos que gastam tudo. Tem que tomar muito cuidado com quem você faz isso. Tem jogador que pede, e a gente abre, mas tem aqueles que nem sonham em fazer isso, porque eles mesmos sabem que eu não ia fazer. Se o cara fica sem pagar no final, é a gente que tem que gastar do nosso bolso pra fechar o caixa.

A fala de Amarelinho evidencia uma dinâmica na qual um jogador que tenha adquirido o prestígio de bom jogador tem a possibilidade de fazer jogos em situações de dívida até mesmo com a administração da casa. No linguajar do jogo nas casas de apostas, “abrir a guarda” é uma referência direta a um momento específico das corridas. Refere-se ao momento em que um competidor dá espaço (propositadamente ou não) para o cavalo competidor que está imediatamente na sua traseira permitindo a ultrapassagem. No caso de um gerente abrir a guarda para um cliente significa que ele permite ao freguês realizar jogos “no fiado”,¹² ainda que não tenha dinheiro no momento de fazer a aposta. Essa situação permite que o jogador possa “passar à frente” ou “dar uma volta” no gerente ou na casa de apostas. O pagamento dessa dívida fica acordado para um futuro próximo, embora sem data fixada ou preestabelecida entre os envolvidos. Nesse sentido o jogador Cláudio afirma: “Quando eu arrumo um dinheirinho eu pago minhas coisas, dou dinheiro pro pessoal e pago tudo que devo aqui [na agência] e até empresto para uns.”

Cláudio, que com frequência faz jogos por telefone, paga o que deve com o eventual dinheiro de prêmios ganhos nas corridas. Apesar disso, quando a dívida passa de um determinado patamar, ele deixa de fazer “jogos fiados” ou “na camaradagem” e aposta com o dinheiro que traz de casa. Assim, as apostas nas casas de jogo podem não ser pagas imediatamente, e medidas drásticas não são necessariamente tomadas quando uma dívida deixa de ser quitada. De fato, a fala de Amarelinho indica que algumas apostas “no fiado” podem até mesmo não ser pagas, sem que isso cause desgaste ou comoção no grupo, o que se limita aos indivíduos envolvidos.

Quando o limite do crédito ou a suspeita de um calote ocorre, o gerente pode manifestar de várias maneiras ao freguês que seu crédito atingiu o limite, tomando medidas que vão desde alusões veladas até recusa a abrir o crédito para o bar, passando por interpelações diretas cada vez mais frequentes, causando constrangimento do jogador em relação aos demais apostadores. É possível observar situações nas quais fregueses que jogam fiado durante um determinado período voltem a pagar seu consumo normalmente, sem a obrigatoriedade de quitar automaticamente a dívida anterior. Nesses casos, após um período de espera, verifica-se processo semelhante ao da indicação de que o crédito chegou ao limite. O limite aqui é estabelecido por uma dupla dimensão, a primeira quantitativa, e a segunda temporal. Assim, a relação entre o valor devido e o prazo para pagamento está diretamente envolvida no limite que a dívida pode adquirir. Apesar disso, a condição de devedor pode perdurar indefinidamente, pois o freguês devedor costuma, depois de interpelado, abater a totalidade da dívida, ou parte dela, visando acumular outras futuramente. Após certo período sem jogar no fiado o jogador pode retornar a ele, até novamente atingir seu limite, num ciclo da dívida interminável. Uma grande parcela dos frequentadores que têm crédito com a casa de apostas está “pendurada”,¹³ salvo durante períodos muito curtos.

É possível, portanto, afirmar que não existe uma fixação de valores máximos e mínimos para o estabelecimento de uma dívida com a casa. Geralmente, uma dívida de menos de mil reais não é fator de constrangimentos; entretanto, ao passar dos cinco ou até sete mil ela pode gerar desconfortos e até mesmo interromper a “abertura da guarda” com a gerência. Os valores de crédito cedidos a cada jogador serão variados e serão ajustados de acordo com o tamanho do prestígio de cada um. Do mesmo modo que também não existe valores fixados para cada jogador, sendo possível ver jogadores devendo ora mais, ora menos.

Assim, de acordo com o tempo e o tamanho da dívida que extrapole os limites do jogador, cortes em seu crédito ou até seu cancelamento completo podem ser realizados. Isso ocorre devido à crescente tensão entre credor e devedor quanto a um possível calote. Com o pagamento da totalidade da dívida ou simplesmente de parte dela a tensão entre os dois é aos poucos aliviada.

Esses processos de negociação entre jogador e casa são, na maioria das vezes, dependentes do *status* e do prestígio do jogador perante o grupo e o estabelecimento.

Os limites de crédito são firmados porque as formas de determinação da confiabilidade e da capacidade de endividamento do freguês, apesar de muito variadas, nem sempre são seguras. O ato de “abrir a guarda” ou simplesmente fazer “no fiado” implica que o jogador tenha, além do *status* perante o grupo, relações de confiança estabelecidas com a administração, pois o calote ou não pagamento da dívida gera prejuízo para a casa de jogo. Além disso, um jogador com dívida adquirida na casa pode continuar jogando sem restrições ou constrangimentos, mas é preciso que ele mantenha a etiqueta de devedor. Tal etiqueta passa pelo reconhecimento dos valores de sua dívida e na constante afirmação de suas intenções de realizar o pagamento num futuro próximo.

Sandra, a atual gerente da casa de apostas do Largo do Machado afirma que não “abre a guarda” pra ninguém. “Eu lá vou ficar jogando o meu dinheiro com esses caras? Eles não querem nada com a hora do Brasil não! Assim eu vou à falência.” Mesmo afirmando não realizar jogos sem que haja a troca por dinheiro imediata, muitos dos jogadores adquirem dívidas com a casa, se não por intermédio de Sandra, com o próprio dono ou até mesmo com outros operadores do caixa.

Assim, a “abertura da guarda” implica relações de confiança de um jogador com os administradores da casa – do mesmo modo que um jogador que não seja considerado bom jogador dificilmente conseguirá uma abertura para si, sendo obrigado a ter sempre em mãos o dinheiro necessário para as apostas desejadas. Desse modo, “abrir a guarda” equivale a um sistema de crédito para jogadores frequentes e experientes que estabeleçam boas relações com os administradores e funcionários da casa de jogo.

Esse sistema permite que o jogador possa continuar jogando sem que seja necessária sua presença física na casa. As apostas podem ser feitas por telefone, e os acertos ficam firmados pela palavra do jogador. Isso é sustentado pelas relações de confiança estabelecidas com os demais jogadores e com os operadores administrativos da casa. Como afirmou o jogador Amarelinho, caso a dívida com a casa fique insustentável, o jogador pode abandonar a loja e passar a frequentar outra, em outro bairro, deixando que a dívida fique nas mãos do dono ou do gerente da agência. Assim, “abrir a guarda” possui sua base na confiança para que o sistema de crédito, ou de adiantamento seja disponível para alguns jogadores.

Se a casa estabelece com o jogador um risco assumido pela parte administrativa, vale lembrar que a agência credenciada não se pode dar ao luxo de ter dívidas com o Jockey Club. Semanalmente, todas as quintas-feiras, é feito o repasse de 70% do total de vendas com as corridas (Velazques, 2015; Labronici, 2016). Caso esse repasse não seja feito na data programada, o Jockey Club

tem liberdade para bloquear as máquinas das agências credenciadas devedoras, como afirmaram a gerente Sandra e o ex-gerente Amarelinho. A “abertura da guarda” implica assim o investimento do excedente em caixa utilizado para possibilitar que mais jogos possam ser feitos por seus fregueses, mas sem que com isso coloque em risco os lucros da casa de jogo ou o pagamento semanal realizado ao Jockey Club.

Além dessas, existem outras possibilidades para jogadores realizarem empréstimos. Em uma casa de apostas os jogadores trocam entre si informações, palpites e dinheiro. A forma como são estabelecidas as dívidas com a casa diferem da dinâmica de empréstimo entre jogadores. Enquanto a dívida com a casa de apostas costuma ultrapassar a faixa dos mil reais, a que se faz entre jogadores, em geral, é combinada em valores bem menores. Como já explicitado, quanto maiores os valores devidos, mais tempo os jogadores disponibilizarão para o seu pagamento de modo a não afetar o volume de jogo rotineiro. Já uma dívida de valores considerados baixos é paga em poucos dias. Isso ocorre devido à relação que é estabelecida com os valores gastos no dia a dia com o jogo, e caso excedam os valores devidos produzem tensões entre os jogadores. A demonstração de se ter dinheiro para pagar uma dívida e usá-lo para o jogo constitui uma quebra de etiqueta que pode inviabilizar novos empréstimos e até romper a relação entre os jogadores. Isso pode ser demonstrado pelo caso do jogador Marcus que havia quebrado uma regra de etiqueta no momento em que optou por não pagar uma dívida de vinte reais ao jogador Cabeleira, que recentemente havia tido uma cobrança frustrada da dívida e esbravejava com os colegas e amigos de jogo:

Pô, vagabundo quer tirar onda com a minha cara? Da próxima vez que eu encontrar ele aqui dou um *chulapo* na cara dele pra ele aprender. Vai ficar pianinho. Me devendo vinte conto aqui e ainda vai fazer cara feia na hora que eu cobro!? Vem aqui e torra dinheiro nessa merda e não me paga!

O jogador Cabeleira explicitava em alto e bom som para os demais jogadores presentes a quebra da etiqueta do jogador Marcus e a forma como o não pagamento de seu dinheiro devido ocorrera. E ao fazer isso era reconhecido pelos demais com afirmações positivas de que sua indignação era legítima, já que seu suposto direito de credor estaria sendo lesado. A situação exposta por Cabeleira explicita a questão do valor de uma dívida e seu pagamento. Reiterando, um jogador pode ter dívidas de centenas a mais de mil reais com a casa, mas não com outro jogador; essa deve ser relativamente baixa, como a de Marcus com Cabeleira. Ao “torrar” dinheiro com o jogo e não pagar a dívida com Cabeleira, Marcus mostra displicência com seu credor e companheiro de jogo. Mesmo que o valor (R\$ 20,00) fosse praticamente menos de dez por cento dos gastos diários de Cabeleira com o jogo, o não pagamento dessa dívida se demonstrava como uma afronta à boa vontade original e à solidariedade do grupo para com o jogador descapitalizado; nesse caso, reparações foram exigidas.

Por fim, Marcus, pagou o dinheiro a Cabeleira que, ao receber, afirmou que não faria mais nenhum “trato” com ele no futuro, isto é, não seriam realizadas novas transações de empréstimos entre eles.

Outro ponto significativo nessa disputa é a evidência de que não há valores absolutos quando se trata de uma dívida de jogo. Ela pode ser monetariamente variada, e o prazo para seu pagamento vai depender, além da quantia, da postura que o jogador devedor estabelecer ao longo de sua estada nas casas de aposta. Ao manter a etiqueta de devedor, o jogador pode dever dinheiro para outro jogador, para a casa ou para ambos, simultaneamente, e continuar jogando valores menores ao longo de várias semanas. Nesse ponto, muitas vezes o pagamento é quitado com o acerto no jogo. Uma vitória em um jogo relativamente grande, e que traga visibilidade ao jogador, é um fator com o qual ele quita todas as suas dívidas, podendo, até mesmo, passar da condição de devedor à de credor. A etiqueta atrelada à forma como a dívida é tratada evidencia seu aspecto moral: David Graeber (2001) advoga que o tratamento da dívida como moralidade se vincula ao senso de justiça, de pecado e de honra, e determina a ideia, embebida no senso comum, da obrigatoriedade de seu pagamento. Do mesmo modo, observa que as operações de crédito e de confiança se vêm apresentando como majoritárias nas transações nos grupos de proximidade como família e vizinhos, ao longo da história, e nas situações em que o uso do dinheiro for considerado impróprio. Sob esse ponto de vista analítico da dívida as transações das casas de aposta podem ser compreendidas como uma união desses dois aspectos ambivalentes. O primeiro sendo no sentido de moralidade, assim como estabelecido pelo senso comum: “a dívida realizada deve ser paga a qualquer custo” ou, como afirmou Cabeleira, “torrar dinheiro e não pagar o que se deve” não é algo que jogadores considerem correto. Por outro lado, há a existência de um “estado de dívida” eterno que não cresce por meio de um sistema de juros, mas pelo próprio sistema de crédito circulante e que estimula as relações ao longo do tempo. Em outras palavras, o jogador que possui crédito (seja ele com a casa ou com os demais jogadores) utilizará e acumulará uma dívida que tende ao limite do crédito disponível. O pagamento efetivo da dívida, na maioria das vezes nunca é realizado por completo, e jogadores podem se encontrar simultaneamente no estado de credor e de devedor. Assim, é possível observar que a moralidade inserida no sistema de crédito dá sustentação a uma rede de relações de trocas entre jogadores e entre jogadores e a casa de apostas. A quantia devida, o prazo de pagamento e até mesmo seu não pagamento irão depender de outros aspectos que estão além da simples troca monetária.

Desse modo, o tempo de uma dívida é relativo. Quanto maior a dívida, maior será o prazo que o jogador disporá para seu pagamento. Uma dívida pequena poderá ser paga no dia seguinte ou até no mesmo dia, haja vista que muitas vezes constrangimentos e conflitos entre devedor e credor são mais susceptíveis de ocorrer. A exemplo do jogador Cumprido, que tem uma dívida

de três mil com a casa e ainda assim consegue administrá-la perfeitamente realizando jogos constantes de cinquenta a cem reais sem qualquer constrangimento. Por outro lado, o jogador Cláudio, que deve valores muito mais baixos a Cumprido, não conseguirá manter sua dívida por muito tempo sem causar problemas semelhantes ao narrado entre Cabeleira e Marcus, pois a dívida adquirida está constantemente equiparada e avaliada aos olhos dos demais jogadores e aos valores gastos diariamente com as apostas, e quanto mais próximo a dívida estiver do volume de apostas maior será a pressão para seu pagamento.

DINHEIRO DE JOGO

Como já explicitado, a dívida e o empréstimo são traços permanentes da economia estabelecida nas casas de jogo que ampliam o dinamismo e possibilitam o movimento continuado e intenso de apostas. E quanto a isso, é possível afirmar que o volume de dinheiro estabelecido para uma aposta é o motor dessa economia, pois não é aceita outra forma de pagamento senão em dinheiro sob a forma de papel-moeda. Desse modo, creio ser válido perscrutar os significados e os usos do dinheiro quando inserido nos espaços de jogo, e seus efeitos na economia das apostas do turfe.

Situado na fronteira entre a antropologia da ciência (econômica) e a antropologia das culturas monetárias, Federico Neiburg (2007) propõe uma compreensão dos sentidos sociais e culturais do dinheiro centrada na análise das articulações entre as ideias e as práticas monetárias eruditas e as ordinárias. Dessa forma, o autor demarca uma crítica à matriz analítica normativa que predomina em boa parte da literatura sociológica, tributária da própria ciência econômica, e que está preocupada em diagnosticar a “natureza” dos “problemas monetários”, distinguindo moedas “normais” de “doentes”. Critica também a matriz que predomina em boa parte da literatura antropológica que observa a moeda através da lente da grande divisão entre as moedas “modernas” e as “outras”. Essa articulação entre as ideias e as práticas monetárias referentes ao papel do dinheiro é, a meu ver, refletida pelo valor a ele atribuído em seu contexto de uso, nesse caso específico, as casas de jogo – locais em que qualquer vitória é sempre tratada a partir de uma premiação valorada e pautada por quantias monetárias, estratificadas e calculáveis. Assim, as apostas adquiririam o objetivo-fim de acrescentar e acumular uma quantidade maior de dinheiro do que a investida inicialmente. Ganha-se mais, ou menos, a partir de quantias monetizadas, tornando o dinheiro a expressão material da aposta. Como afirmou Velasquez (2015: 16) em seu trabalho sobre apostas no turfe,

No ato em que se aposta, o cavalo passa a representar as capacidades daquele que nele aposta. O *dinheiro é o que os conecta*. Assim, o cavalo e turfista perdem ou ganham “juntos”. A perda ou o ganho do dinheiro se solidifica na vida do jogador, podendo com isso se gabar e, [assim] como também [ser] rebaixado no âmbito do jogo (grifos meus).

Desse modo, busco entender, para além da economia da troca e do empréstimo, como, a partir das práticas e discursos de meus interlocutores, seria possível apreciar o dinheiro a partir de seus distintos usos, classificações e representações, quando inserido especificamente no contexto de jogo. Dizendo de outra forma, quais os significados a ele atribuídos, a partir dos distintos usos dos jogadores quando o dinheiro é distinguido e classificado como “dinheiro de jogo”? Assim busco refletir como essa distinção pode afetar os modos de vida de um jogador. Neste momento, creio ser interessante iniciar com a fala do jogador Fred no município de Niterói, que afirmou:

Quando eu ganho? Aí depende. Posso pagar uma conta atrasada, posso comprar uma roupa, mas também posso pagar uma viagem, comprar um presente pra minha mulher, pros meus filhos. Mas o bom é gastar logo, porque, você sabe, né? *Dinheiro de jogo* não se guarda muito tempo não.

Essa fala se torna significativa por destacar uma classificação específica: “dinheiro de jogo”. Do mesmo modo que os jogadores possuem forte estigma por praticar de modo visceral uma atividade que potencialmente causa o descontrole e é imersa em gastos improdutivo, o dinheiro circulante nesse meio é também “manchado” pela mácula desse estigma. Por mais que tais estigmas em suma sejam pautados por apriorismos com pré-noções e pré-concepções que não correspondem necessariamente à realidade no universo turfista, o “dinheiro de jogo” não escapa de ser assimilado a estigmas semelhantes. Do mesmo modo que classificações como “dinheiro sujo”, o “dinheiro de jogo” é embebido em uma carga moral cujas origens éticas estariam comprometidas a partir de sua fonte de aquisição inicial. Ao discutir o significado social do dinheiro no contexto norte-americano do século XIX, Viviana Zelizer (1994: 3) completa: “Ao contrário de um ‘dólar honesto’, o ‘dinheiro sujo’ está manchado pelas suas origens eticamente duvidosas. [...] Dinheiro sujo, ao que parece, ‘faz um furo em seu bolso e tem que ser usado rapidamente’” (grifos meus).

As “origens” do dinheiro ganho refletem de alguma maneira a continuidade de um passado geralmente marcado pela transgressão. A ideia trazida pela autora de “origem” do dinheiro é significativa pois remeteria a uma noção de passagem ou de movimento. Ele veio de algum lugar e vai para algum lugar, sendo o lugar de origem muitas vezes mais importante do que o lugar de destino. Caso tenha sido adquirido em uma situação “eticamente duvidosa”, como muitas vezes é atribuído no caso do jogo, ele teria carga moral distinta, demandando a necessidade de ser gasto rapidamente a fim de evitar qualquer tipo de contaminação (Douglas, 2010).

Nesse caso, entretanto, é válido estabelecer uma ressalva quanto à imagem de movimentação unilinear com início, meio e fim, pois, como foi dito no caso do jogador Fred e de muitos outros jogadores estudados, o “dinheiro de jogo” é adquirido por jogadores via jogo. O gasto imediato ou até mesmo a reinserção do “dinheiro de jogo” no próprio jogo não se apresenta como relação direta de

causa e efeito. O gasto do dinheiro de jogo com contas, viagens e outros usos distintos da prática de apostas demonstra que a carga moral de “dinheiro de jogo” para os jogadores é mais fluida do que se apresenta inicialmente.

Desse modo, proponho pensar essa classificação de “dinheiro de jogo” não como detentor de uma “origem” em si, mas a partir de distintas redes de circulação em que são constantemente (re)inseridos, trazendo a imagem do dinheiro como algo circulante e em constante movimento em seu meio. Assim, o dinheiro de jogo, mesmo que tendo um certo peso moral, não perderia por completo sua capacidade de se tornar “dinheiro comum”, o mesmo tipo utilizado para o pagamento de obrigações rotineiras e lazeres cotidianos familiares. Quanto a isso, é válido lembrar que para um jogador, o ato de realizar uma aposta é visto, na maioria das vezes, como um ato de puro lazer lúdico. Os gastos nessa atividade podem ser mais bem ilustrados pela fala de Paulinho:

Quando eu ganho um dinheiro forte eu poso fazer uma festa, uma viagem. Dou pros meus filhos. Quando minha mulher era viva, ia bastante dinheiro pra ela também. Mas não volta pra cá [casa de apostas] não. Normalmente o meu dinheiro daqui é como o que eu gastasse pra ir no cinema e comer no Mc'Donalds. Aqui dependendo ainda gasto menos do que se fosse fazer essas coisas todas.

Desse modo, a reinserção do dinheiro no jogo não se manifesta como uma relação direta de causa e efeito, pois, por mais que ele possa ser segregado dos demais “dinheiros” e transformado em “dinheiro de jogo”, em nenhum momento ele perde por completo todas as suas características inerentes, que o tornam “dinheiro comum”, ou o dinheiro gasto com bens de consumo inseridos no universo familiar. Assim, gastos em família ou com a família são focos de atenção quando se trata do cotidiano com o jogo. Na busca de entender o sistema de dívidas no contexto utilitarista mercantil moderno, Jacques Godbout aponta seu olhar para a família como um dos sistemas de dívidas e partilha que estabelecem vínculos entre indivíduos. Os valores monetários estão irremediavelmente imersos no valor de vínculo, numa experiência em que o trabalho que se teve adquire valor. Para ele a circulação de dívidas na esfera doméstica constitui-se num vasto campo de observação, tendo como base o universo das trocas e suportes afetivos, os serviços e favores prestados em benefício mútuo, as dívidas de transmissão, ligando gerações entre si, e as prestações rituais com presentes e excessos (Godbout & Caillé, 1999).

Por outro lado, Viviana Zelizer (1994) mais uma vez exemplifica como a questão do dinheiro pode ser explorada a partir de uma segregação entre o universo feminino e o masculino, no qual o segundo (apesar de tratado como provedor) era por muitos considerado inábil na manutenção das contas da casa, devido a seus hábitos contrários à moral vigente.

Considere o modo como trabalhadores de caridade do século XIX regularmente alinhavam-se com as esposas contra os maridos que, presumivelmente, bebiam e jogavam fora a renda de sua família. Visitantes amigáveis foram especifica-

mente instruído a verificar se, de fato, os maridos retiveram “uma parcela indevida de seus ganhos” (Zelizer, 1994: 177).

Em seus trabalhos seguintes, a autora se aprofunda nessa questão remetendo a uma relação da negociação da intimidade na vida cotidiana, de como as pessoas negociam as interseções da atividade econômica com as relações sociais até mesmo em seu grau mais íntimo. A partir de um forte diálogo entre sociologia e economia, Viviana Zelizer (2011) apresenta a negociação da intimidade, explicitando as interconexões de atividades econômicas e relações de foro íntimo. O argumento principal da autora estende a intimidade para dentro do universo do “mercado”. Dentro das relações mais íntimas, o dinheiro, sob a forma como é visto no mercado, também pode se tornar foco nas relações pessoais. Empréstimos de pais a filhos, presentes entre namorados, cônjuges e parceiros sexuais, ajuda remunerada nos cuidados de uma criança, disputa de herança entre filhos, transferência de dinheiro entre médicos e pacientes, relações afetivo-sexuais que conjugam dinheiro e companhia: uma miríade de situações expressas nos eixos do cuidado, da união e das famílias:

A minha análise sobre as interseções entre intimidade e transações econômicas deriva de uma visão mais geral das relações interpessoais. A minha opinião é que todas as relações sociais em andamento (íntimas ou não) ao menos incluem um mínimo de significados compartilhados, regras funcionais e fronteiras separando uma relação da outra (Zelizer, 2011: 38).

Do mesmo modo, o prêmio ganho em uma aposta ou o dinheiro gasto para sua realização pode ser também tratado como alvo direto de disputas dentro de um ambiente familiar. Para a maioria dos jogadores, entretanto, o dinheiro de jogo ou o dinheiro para o jogo é demarcado com um *status* diferenciado, não por suas origens, mas por seus fins. Exemplifico essa questão com a fala de um jogador da agência credenciada de Copacabana, ao ser interpelado por um não jogador sobre os possíveis efeitos danosos à economia de sua família.

eu pago a faculdade da minha filha, pago o aluguel lá de casa, não deixo faltar nada pra ninguém. Quer comer *filet mignon* vai comer *filet mignon* e não me enche a porra da paciência! Isso aqui é a minha diversão, e ninguém tem nada a ver com isso. Esse dinheiro é meu e eu faço o que eu quiser!

O dinheiro de jogo é, assim, muitas vezes considerado parte inerente ao lazer do jogador. Um lazer do qual a família não participa, mas que, caso esteja devidamente provida pelo jogador, não tem motivos para questionamentos. Haja vista a existência da crença na obrigatoriedade no papel do homem como o provedor das necessidades materiais familiares. Assim, segundo a lógica dos jogadores, se o homem provê para sua família, não há motivos de suspeita sobre seus gastos com bebida e jogo. O jogador da agência de Copacabana, ao ser questionado, permaneceu muito irritado com a indagação imposta a ele por

um não jogador. Em sua fala fica evidente a separação que se faz quanto à existência de uma relação entre “dinheiro de casa” e “dinheiro de jogo”. E, nesse caso, o questionamento recai sobre uma falta em potencial causada pelo jogador no orçamento familiar, mas também diretamente sobre sua moral e sua honra, o que gerou um grau de irritabilidade e desconforto por parte do jogador.

Esse processo de negociação ocorre igualmente quando há uma premiação de dinheiro oriundo do jogo. Exemplifico com a vitória do jogador Choppinho que escreveu seu jogo na modalidade de *superbetting*.¹⁴ Em tal modalidade além do prêmio ganho no rateio é garantido pelo Jockey Club um adicional de 20, 30 ou até 40 mil reais ao(s) ganhador(es).

Você tinha que ver, foi na reta! O [cavalo] Seis “atropelou”¹⁵ o [cavalo] Três, e eu já chorava! Afinal, não é todo dia que a gente ganha 36 mil! O pessoal já me jogava pra cima e gritava. É, eu que sou magrinho, eles me pegaram, e ficaram ali me jogando pro alto e gritando! ‘Tava em êxtase! Os caras também ‘tavam muito empolgados! Quando acabou, o [cavalo] Três, que ficou em segundo lugar, “reclamou”¹⁶ do Seis. Falei: pronto, danou tudo. Foram dez minutos! Geralmente uma reclamação não passa de dois ou três minutos. Fiquei tenso demais! Trancadinho! Mas no final deu tudo certo – completa Choppinho com alívio em sua voz.

A vitória de Choppinho foi sentida e comemorada na loja por praticamente todos os jogadores. E o montante ganho foi comemorado com um churrasco realizado na frente da casa de apostas alguns dias depois. O churrasco se apresenta como uma tradição por parte de alguns dos jogadores que deve ser pago pelo vencedor com o dinheiro de uma grande aposta. Além do churrasco de Choppinho, o prêmio foi também gasto com a família. Segundo ele afirmou: “além do churrasco, paguei uma viagem pra Europa pra minha mulher, dei grana de presente pro meu filho e também guardei algum pra mim”.

Embora essa fala apresente o “dinheiro de jogo” dotado da capacidade de transformar-se em “dinheiro da família”, a distinção entre tipos permanece. Essas relações podem ser pensadas, guardadas as devidas proporções, em relação àquelas observadas por Hutchinson (1998) entre os Nuer no sul do Sudão. A antropóloga, instruída por outras etnografias, como também pelos dados construídos em seu trabalho de campo, analisa os processos de vinculação dos Nuer à chamada economia de mercado; particularmente a partir do final da década de 1940, com a introdução das feiras de gados, nas quais passaram a utilizar moedas de origem britânica.

Nos contextos analisados pela autora, entre 1930 e 1983, o *dinheiro britânico* passou a ser ressignificado de acordo com a lógica Nuer. Em outras palavras, passou a ser contraposto ao gado, que era o que tinha valor transcendental para aquele povo; afinal, era por meio do crescimento de seus rebanhos que homens e mulheres construíam suas relações e manifestavam seus desejos de possuir. Esse processo foi sistematizado tendo como síntese a percepção de

que gado e dinheiro nunca chegaram a ser bens totalmente intercambiáveis. Ainda que essas formas de intercâmbio tenham adquirido, com o passar do tempo, maior dinamismo em função da forma como tais processos foram outorgando distintos valores ao gado, ao dinheiro e à relação entre eles. O dinheiro, nesses contextos, não era um objeto capaz de ser utilizado universalmente para o intercâmbio, e o gado, por sua vez, nem sempre podia ser alienável. Fazia-se necessário, portanto, estar atento às distintas categorias de riqueza; em outras palavras, à maneira como os Nuer concebiam a ideia de dinheiro ou, melhor, como concebiam as relações sociais e os valores que circulavam nas transações que envolviam dinheiro.

Nas casas de jogo, portanto, pensar na possibilidade de utilizar dinheiro de jogo para o pagamento de contas da casa, diversões, lazeres outros e obrigações evidencia como essa distinção não é compreendida como ruptura definitiva no que tange aos sentidos atribuídos aos tipos de “dinheiros”. Apesar disso, essa distinção toma como base a premissa que insere o universo do jogo e da família como espaços ou estratos da vida social que não são intercambiáveis. O universo das apostas e o dinheiro nele circulante podem ser, assim, pautados com valores que não são de mesma ordem.

Para a realização da transição entre ambas as esferas alguns códigos de conduta e etiqueta devem ser respeitados. Como a etnografia aponta, não se deve gastar o dinheiro de casa com o jogo sem que as contas estejam pagas, posto que essa situação causa rupturas na dinâmica entre essas duas esferas. Por outro lado, não se deve gastar o dinheiro de jogo em casa a não ser que se indique uma vitória. O prestígio que o jogador adquire com seus pares ao obter uma vitória pode ser estendido à esfera doméstica para gastos excedentes.

Muito embora o dinheiro destinado a Choppinho possa voltar para o jogo com suas apostas frequentes, a separação de parte da premiação a ser gasta com sua família exime o jogador de qualquer culpa em potencial de seus gastos exclusivamente individuais. Haja vista que foi a partir de seu lazer com os cavalos que ele pôde proporcionar lazeres outros a seus familiares, sob a forma de presentes e viagens.

CONCLUSÃO

O pagamento de prêmios das apostas no “rateio” evidencia que o turfe busca explicitar e expressar a atividade sob uma forma matematizada da realidade e que, de alguma forma, se torna passível de uma avaliação direta e consistente no universo das incertezas. Universo que coloca em jogo a sorte, o prestígio e o dinheiro de apostadores regulares. Um jogo “absorvente” nas palavras de Geertz (2008) indica que as apostas nas corridas não são atos individuais, colocando antes em evidência sua relação com o grupo. Apostando dinheiro, apostam-se conjuntamente conhecimentos, prestígios e sorte. E, nesse caso, é o prestígio construído e adquirido pelo jogador que vai permitir sua maior ou

menor inserção na economia do jogo – jogo pautado por uma economia voltada para a articulação de códigos de comportamento, etiquetas e moralidades específicas criadas para situar a disputa entre apostadores dentro e fora das pistas.

Dessa forma, a compreensão do jogo a partir de suas características agonísticas faz do empréstimo e da acumulação da dívida um ponto fundamental na análise. O capital material e simbólico utilizado para o jogo está estreitamente ligado a uma moral específica. Um jogador na posição de devedor (com a casa ou com outros jogadores) tem a obrigação de obedecer a determinados códigos de conduta ou respeitar a temporalidade, muitas vezes subjetiva, para seu pagamento. A solidariedade com o jogador descapitalizado estimula a produção de mais apostas a partir dos contatos e das relações que ele estabelecer a partir de seu prestígio individual. Em outras palavras, um jogador reconhecido na condição de bom devedor terá mais chances de se colocar em dívida mais vezes e por mais tempo. Já um possível calote com relação a dívida não só afeta o prestígio individual do jogador, mas desestrutura toda a dinâmica do empréstimo, uma vez que a relação se baseia estritamente na confiança entre seus membros. Além disso, para um sistema econômico ter funcionamento contínuo é necessário estar assentado nas bases da *previsibilidade*, como aponta Weber (2004). Assim, a quebra na confiança de que o dinheiro algum dia irá ser pago impede a criação de novas dívidas afetando a fluidez do jogo.

Como foi explorado, os valores da dívida não são absolutos, mas relativos, evidenciando que o dinheiro e seu valor não são sempre iguais. Na economia do jogo o papel adquirido pelo dinheiro em cada ocasião vai permitir leituras diferenciadas sobre as ações e as formas de articulação em cada uma delas. Assim, para se entender a economia das apostas, além da dívida, aponte a necessidade de compreensão das distintas formas de classificação monetária dentro e fora das casas de jogo.

De acordo com a lógica de diferenciação os usos do dinheiro nessa atividade adquirem valores distintos à medida que imergem em meio a situações sociais. Por meio da pesquisa etnográfica sobre os processos de classificação monetária nas apostas do turfe, este artigo problematizou as relações entre as distintas formas que nublam nosso pensamento sobre dinheiro, transações monetárias e cálculos. Evidenciou-se, a partir das práticas e dos usos monetários, que o foro íntimo dos jogadores e o espaço familiar encontram-se estreitamente articulados com as práticas no jogo. A relação entre essas duas esferas, como demonstrou Viviana Zelizer (2011), arquiteta linhas de diálogo entre o mercado e a intimidade. E esse diálogo, no caso do jogo, encontra-se muitas vezes inserido no debate referente às distintas classificações do dinheiro. Aquele que merece ser designado para a esfera doméstica e aquele que vai para o lazer individualizado do jogador. Isto é, de acordo com sua classificação, o dinheiro será destinado para um uso específico: “dinheiro da casa” ou “dinheiro do jogo”.

As negociações dentro e fora do âmbito familiar explicitam o complexo processo na economia das apostas, economia relacionada com uma atividade que não deve ser entendida como um fim em si mesmo, mas que possui em sua dinâmica trocas embebidas de um aspecto moral e comportamental. As prestações com dinheiro de jogo voltadas para os que frequentam uma agência credenciada evidenciam que o ato de jogar não constitui uma individualidade pura, mas, pelo contrário, é reflexo da cumplicidade entre esses jogadores e seus familiares.

Os gastos pecuniários com a compra de presentes, a produção de um churrasco ou empréstimos, reforçam os vínculos e hierarquias entre bons e maus jogadores. Assim, os “bons jogadores” não são aqueles que têm apenas uma boa avaliação para as corridas, que entendem as nuances do jogo e que sabem ganhar; além disso, bons jogadores sabem retribuir informações, pagar suas dívidas e manter o autocontrole de suas capacidades financeiras.

Recebido 4/7/2017 | Revisto 4/12/2017 | Aprovado 9/5/2018

Rômulo Bulgarelli Labronici é doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Coordenou o mestrado em direito da regulação da FGV – DireitoRio. Atualmente é pesquisador do INCT-InEAC/UFF. Trabalha com questões etnográficas voltadas para antropologia econômica e urbana, e publicou: “Da pata do cavalo ao pé do coelho: razão e sorte no processo de elaboração de apostas no turfe” (2018); “O vício inerente: fronteiras materiais, simbólicas e morais nas apostas do turfe” (2018); “Na pata do cavalo: um estudo etnográfico com apostadores do turfe em agências credenciadas do Jockey Clube brasileiro” (2017).

NOTAS

- 1 Os agentes credenciados são também denominados agentes, lojas, casas, casa de aposta, casa de jogo ou simplesmente credenciados. Tais estabelecimentos foram viabilizados a partir do decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988, que regula, entre outras questões referentes ao turfe, a prática de apostas e estabelece a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN), diretamente subordinada ao ministro de Estado da Agricultura.
- 2 Georg Simmel (1983: 168) define a noção de sociabilidade como “a forma lúdica da sociação”. Concebendo a sociedade como produto das interações individuais, Simmel formula o conceito de *sociação* para designar mais apropriadamente as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam. Por outro lado, a sociabilidade é uma forma de interação na qual os participantes se mostram a um só tempo interessados e descomprometidos, autonomizando suas atuações no sentido de evitar qualquer demonstração de um interesse objetivo nos assuntos tratados – o tipo de conversa ocorrente em festas seria talvez um bom exemplo, o mesmo tipo que se encontra nas reuniões do turfe.
- 3 Por questões de espaço, não desenvolverei aqui os argumentos e as diferenças. Ver, por exemplo, os trabalhos sobre a construção social dos “mercados” (Graeber, 2011) e das finanças (Hart & Ortiz, 2014; Perelman & Boy 2010), do “econômico” (Gudeman, 2016; Neiburg, 2010) e das moedas (Zelizer, 2011; Neiburg, 2007; Hart 2015). Todos eles têm contribuído para pensar o caráter histórico, social e certamente arbitrário dos limites entre as ações econômicas e as não econômicas. A esses trabalhos devem também ser agregados os estudos sobre valor e troca (Graeber, 2011; Mauss, 2003). Sobre economia moral, ver, por exemplo, Narotzky (2013) e sobre apostas e dinheiro, Figueiro (2014).
- 4 O *caixa* pode ser considerado substantivo polissêmico utilizado tanto para os guichês de apostas, locais físicos e estruturais mantidos para a captação de apostas, quanto como denominação das pessoas que exercem essa função. Assim, é tanto o espaço para o qual o apostador terá que se deslocar a fim de realizar seu jogo como é também a

denominação da pessoa que trabalha nesses espaços. O caixa é assim uma denominação espacial, uma função e um tipo.

- 5 Divisão das corridas em agrupamentos de competidores.
- 6 Seja qual for a modalidade de aposta, os valores pagos por jogo serão baseados no “rateio” do volume total de apostas. A cotação do rateio referente a cada cavalo é extraída a partir da multiplicação do valor total apostado em um competidor pelo rateio pago por cavalo. Nesse caso, o papel do Jockey Club é agrupar o volume total de apostas e ratear (dividir) entre os vencedores, retirando um percentual para si em cada modalidade (Velasquez, 2015, Labronici, 2016).
- 7 O movimento geral de apostas (MGA) é a porcentagem retirada pelo Jockey Club do total de apostas. Assim, para cada aposta realizada é retirada uma porcentagem fixa para custeios de despesas do clube com as corridas. Em setembro de 2015, por exemplo, o MGA alcançou R\$ 14,21 milhões, e o MGA médio por dia de corrida foi de R\$ 1.106,5 mil, abaixo da média de 2015. As apostas foram divididas no período entre agências credenciadas (68,1%), hipódromo (13,8%), teleturfe (telefone) (5,3%) e internet (12,8%). Apesar do desempenho médio por páreo na Gávea ter sido um dos melhores do ano, menor apenas do que o ocorrido em junho, mês do GP Brasil, observou-se uma queda no MGA do mês, decorrente, principalmente, do menor número de páreos e reuniões realizados, em virtude de o calendário de setembro ter menos dias de corridas do que o de agosto. Ver: 257º Relatório Gerencial, 30 set. 2015 (JCB).
- 8 Pedra é o nome dado ao rateio apresentado nos televisores durante a transmissão de um dos páreos do programa por modalidade a partir do mínimo pago por aposta em um dos competidores. Atualmente o mínimo estabelecido é de R\$ 2,00, mas a leitura da pedra continua sendo informada pela aposta mínima de R\$ 1,00.
- 9 Bolsa de apostas é o montante total pago aos apostadores subtraindo a retirada percentual do movimento geral de apostas pelo Jockey Club para cobrir gastos com as corridas.

- 10 Para Geertz (2008: 198) a noção de “jogo absorvente” está pautada nas apostas do núcleo central das brigas de galos em Bali. Absorção, descrita por Geertz, estaria nas apostas maiores feitas no seu meio ou no que o autor chama de centro de gravidade, que atrai apostas de fora do núcleo principal. O estabelecimento desses embates “absorventes” tornam os embates mais interessantes. Apesar de a absorção não se tornar a razão, fonte de fascinação ou a substância da profundidade do jogo, ela apresenta uma ideia menos puramente econômica do significado da “profundidade” do jogo.
- 11 A expressão “dar o galope” é uma referência direta às corridas, mais especificamente quando um cavalo sai na dianteira abrindo alguns corpos de vantagem. No caso das casas de jogo, dar o galope é sinônimo de roubo. Ou de conseguir tirar proveito de uma situação para conseguir ganhos pessoais e sair “abrindo corpos de vantagem”.
- 12 Comprado ou vendido a crédito.
- 13 Em situação de dívida.
- 14 Os dois primeiros páreos do *superbetting* são o antepenúltimo e o penúltimo do programa. Os limites para o pagamento dos prêmios das acumuladas especiais (*Pick 7*, *Betting 5* e *Superbetting*) são de R\$ 3.000,00 para as corridas da Gávea e R\$ 2.000,00 para as corridas de Cristal, São Paulo e Paraná. Acima desses valores, o pagamento é feito em cheque nominal ao apostador, a ser emitido no primeiro dia útil posterior à reunião.
- 15 *Atropelar* significa para os jogadores a ultrapassagem de um cavalo que, na reta final, passa à frente dos concorrentes e consegue sagrar-se vencedor nos momentos finais da corrida.
- 16 As “reclamações” são comuns ao final dos páreos. Eventualmente são feitas por jôqueis, treinadores e proprietários descontentes com o resultado da corrida. Em geral se fundamentam em postura antiesportiva e antiética que um competidor possa ter tido na pista ao longo da corrida. Quando ocorrem reclamações os juizes de corrida se reúnem para deliberar o resultado final. Caso uma reclamação se apresente procedente, o cavalo reclamado será rebaixado para a última colocação do páreo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barcelos, Sergio. (2002). *Cavalos de corrida: uma alegria eterna*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Douglas, Mary. (2010) [1976]. *Pureza e perigo*. Rio Janeiro: Perspectiva.

Figueiro, Pablo, 2014. Título de tesis: “¿Querés salvarte?” *Una sociología del juego de la quiniela*. Tese de doutorado. Universidad de Buenos Aires.

Geertz, Clifford. (2008) [1973]. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Godbout, Jacques T & Caillé, Alain. (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Graeber, David. (2011). *Debt: The First 5000 Years*. New York: Melville House Publishing.

Gudeman, Stephen. (2016). *Anthropology and economy*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.

Guyer, Jane I. (2016). *Legacies, logics, logistics*. Chicago: The University of Chicago Press.

Hart, Keith. (2015). Money from a cultural point of view. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 5/2, p. 411-416.

Hart, Keith & Ortiz, Horacio. (2014). The anthropology of money and finance: between ethnography and world history. *Annual Review of Anthropology* 43/1, p. 465-482.

Hutchinson, Sharon. E. (1998). El ganado del dinero y el ganado de las mujeres entre los Nuer, 1930-1983. In: Neufeld, M. R. et al. *Antropología social y política: hegemonía y poder: el mundo en movimiento*. Buenos Aires: Eudeba, p. 121-154.

Labronici, Rômulo Bulgarelli. (2016). *Na pata do cavalo: um estudo etnográfico com apostadores do turfe em agências credenciadas do Jockey Club Brasileiro*. Tese de doutorado. PPGA/ Universidade Federal Fluminense.

L’Estoile, Benoît de. (2014). Money is good, but a friend is better: uncertainty, orientation to the future, and “the economy”. *Current Anthropology*, 55/S9, p. S62-73.

Mauss, Marcel (2003) [1950]. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

Marx, Karl. (1996) [1867]. *O Capital*. Livro Primeiro. São Paulo: Ed Nova Cultura. (Coleção Os Economistas).

Narotzky, Susana. (2013). Economías cotidianas, economías sociales, economías sostenibles. In: Narotzky, Susana (ed.). *Economías cotidianas, economías sociales, economías sostenibles*. Barcelona: Icaria/Institut Català d'Antropologia.

Neiburg, Federico. (2010). Os sentidos sociais da economia. In: Duarte, Luiz Fernando Dias (ed.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Anpocs/Barcarolla/Discursos Editorial.

Neiburg, Federico. (2007). As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. *Mana*, 13/1, p. 119-151.

Perelman, Mariano & Boy, Martín. (2010). Cartoneros en Buenos Aires: nuevas modalidades de encuentro. *Revista Mexicana de Sociología*, 72/3, p. 393-418.

Simmel, George. (1983) [1908]. Sociabilidade: um estudo de sociologia pura ou formal. In: Moraes Filho, Evaristo (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, p. 165-181.

Velasquez, Rafael. (2015). *Ciência inexata*. Dissertação de Mestrado. PPGA/Universidade Federal Fluminense.

Weber, Max. (2004) [1894]. *A bolsa*. Lisboa: Ed. Antropos/Relógio D'Águas Editores.

Zelizer, Viviana A. (2011). *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes.

Zelizer, Viviana A. (1994). *The social meaning of money – pin money, paychecks, poor relief & other currencies*. New York: Ed Basic Books.

257^a Relatório Gerencial, 30 set. 2015 (Jockey Club Brasileiro).

A DÍVIDA GALOPANTE: A ECONOMIA DAS APOSTAS E OS SIGNIFICADOS DOS USOS DO DINHEIRO NO TURFE

Palavras-chave

Turfe;
apostas;
dívida;
dinheiro;
trocas.

Resumo

Neste trabalho discuto a imbricada relação entre o dinheiro e as apostas no turfe produzindo uma economia específica de trocas entre seus jogadores. Proponho discutir o que está efetivamente sendo jogado. A primeira imagem que vem à cabeça é a de que, no jogo, apostam-se bens materiais, mais especificamente dinheiro. Nas casas de jogo, entretanto, essa associação se dá a partir da relação de uma economia do crédito circulante com base em prestígios individuais que estrutura e molda as relações instituídas. Uma economia relacionada com uma atividade que não deve ser entendida como um fim em si mesmo, mas que possui em sua dinâmica trocas embebidas de aspecto moral. O prestígio do jogador vai ser fundamental para que ele possa estabelecer vínculos entre ele e a casa de apostas e seus companheiros de jogo.

THE GALLOPING DEBT: THE BETTING ECONOMY AND THE MEANINGS OF THE USES OF MONEY IN HORSE RACING

Keywords

Turf;
bets;
debts;
money;
exchange.

Abstract

In this work I discuss the entangled relationship between money and betting in horse racing, which produces a specific economy of exchanges among gamblers. I propose to discuss what is effectively being gambled. The first idea that comes to mind is that gamblers bet material goods, more specifically money. In the gambling houses, however, this association takes place through the relationship of an economy of circulating credit, based on individual prestige, that structures and shapes instituted relations. An economy related to an activity that should not be understood as an end to itself, but whose dynamic contains exchanges imbued with a moral aspect. The gambler's prestige is essential to being able to establish bonds between himself and the gambling house and his gambling companions.